



COOPERATIVA DE TRABALHO E EXTENSÃO RURAL TERRA VIVA | COOPTRASC

CNPJ: 02.145.432/0001-16 - Inscrição Estadual: 214442.

Rua Montevideu, 2135-E (Sala 01). Passo dos Fortes.

Chapecó, SC. CEP: 89.805-750.

Fone: (49) 3322 2365 - E-mail: cooptrasc@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

PROPOSTA Nº. 044547/2021

Chapecó, SC

Novembro de 2021

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	3
2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE	3
3. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE	3
4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	4
5. OBJETIVOS GERAIS	6
5.1. Objetivos Específicos	6
6. JUSTIFICATIVA	7
7. OPERACIONALIZAÇÃO	9
8. QUADRO DE CUSTOS	10
9. RESULTADOS ESPERADOS	11
10. FINALIZAÇÃO	12
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto: Acompanhamento Técnico as Famílias, inseridas em grupos de produção de alimentos agroecológicos.

Abrangência: Estado de Santa Catarina.

Grupo Pop. Prioritário: Assentados da Reforma Agrária e Agricultores Familiares.

Período Execução: 01/11/2021 à 30/11/2023.

Público Alvo: 100 famílias, certificadas ou com declaração de conformidade de produção orgânica, através de Organização de Controle Social | OCS.

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome: Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva | COOPTRASC

CNPJ: 02.145.432/0001-16

Data da Fundação: 15/08/1997 **Registro no CNPJ:** 29/09/1997

Endereço: Rua Montevideu, 2135-E, Sala 01. Passo dos Fortes.
CEP: 89.805-750. Chapecó, SC.

Telefone: (49) 3322 2365 **E-mail:** cooptrasc@gmail.com

3. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE

Nome: Leandro Klemann

CPF: 036.609.399-19

RG: 4.160.575 **Órgão Expedidor/UF:** SSP/SC

Profissão: Engenheiro Agrônomo

Cargo: Presidente

Estado Civil: Casado

Telefone: (49) 9 8408 0643 **E-mail:** leandro_klemann@yahoo.com.br

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O estado de Santa Catarina possui forte representação na produção agrícola e pecuária do país. Contudo esta representatividade se dá a partir de um modelo de agricultura convencional, o qual utiliza grandes quantidades de insumos externos como os agrotóxicos, adubos sintéticos, sementes híbridas ou transgênicas e mecanização intensa. Além disso, muitos cultivos apresentam condições de trabalho insalubre e degradante com dependência da indústria e do crédito externo, como exemplos o cultivo do fumo e a produção de hortaliças.

Do ponto de vista ambiental o modelo convencional é insustentável, pois causa dependência dos produtores da indústria, do crédito e também dos agentes de comercialização, dificultando o desenvolvimento da produção de alimentos diversificados, autônoma e de base agroecológica.

Como exemplo de impacto ambiental causado por esse modelo de agricultura no estado, podemos citar o município de Caçador, região que também será contemplada nesta proposta e que é considerado um dos maiores produtores de tomate da região sul.

... a produção de tomate nessa região se baseia no monocultivo, na excessiva mobilização do solo e na utilização indiscriminada de água e insumos agrícolas (Tagliari, 2003). O uso intensivo de insumos, principalmente defensivos para o controle de insetos-praga e fitopatógenos, é considerado um dos principais problemas da atividade na região (Kreuz, 2003), podendo proporcionar aumento do custo de produção, contaminação do ambiente, intoxicação de indivíduos envolvidos com a cultura e contaminação do produto colhido (Tagliari, 2003; Melo & Vilela, 2005). O número elevado de pulverizações, chegando a três aplicações semanais de defensivos, decorre das condições propícias às principais doenças do tomateiro, como temperatura noturna amena e precipitações constantes entre os meses de dezembro e fevereiro, além do ataque de insetos-praga. (WAMSER, BECKER, SANTOS e MULLER 2008).

Infelizmente esses problemas não fazem parte apenas do contexto do município de Caçador, e sim, uma realidade de todo o estado. Além disso, cabe-se destacar que um dos

maiores gargalos encontrados no estado e em especial na agricultura familiar, ainda se refere a mudança deste modelo e a inserção destas famílias nos programas de produção de alimentos, vinculados as políticas institucionais de comercialização. Isto se deve em partes pela cultura das famílias, bem como pela dificuldade de acessar outras políticas estruturantes (individuais), como o crédito.

A Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva – COOPTRASC, desenvolveu durante o tempo de sua existência, diversos contratos, onde buscou envolver todo o público assistido, sempre primando pela participação de mulheres e jovens. Em todas as atividades desenvolvidas, sempre se buscaram as parcerias, principalmente com organizações ligadas aos agricultores, além de discutir com as famílias estratégias de desenvolvimento sustentáveis, neste sentido a agroecologia como ferramenta para o desenvolvimento. Também se buscou a inserção das famílias sejam elas assentadas ou agricultores familiares, na cooperação e em fortalecer as estratégias de produção já existentes. Neste sentido foram mobilizados grupos produtivos e organizações de comercialização, cooperativas da região, sendo que várias destas famílias foram inseridas nos programas institucionais, principalmente de PAA e PNAE. Além disso, estimulou – se a participação das famílias em feiras e na comercialização local, tendo em vista que existem na região municípios com potencial para isso.

Portando os caminhos para o enfrentamento desta realidade é a construção de um novo modelo de produção que busque a sustentabilidade tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, pois se entende na agroecologia que o agricultor pode gerar renda dentro da sua propriedade sem impactar no ambiente de forma tão agressiva como o modelo convencional vem fazendo há décadas. A inclusão das famílias nas cadeias produtivas existentes na região, isto através das suas organizações, cooperativas e sindicatos, buscando principalmente os mercados institucionais, locais, regionais e feiras.

Durante os anos de 2020 e 2021, em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Chapecó, foi realizada a execução do projeto: “Desenvolvimento da produção orgânica/agroecológica nos assentamentos de reforma agrária do estado de SC”, que teve como objetivo o Desenvolvimento da produção orgânica/agroecológica nos assentamentos

de reforma agrária do estado de SC, incentivando a produção sustentável e diversificada de alimentos saudáveis e ampliando as oportunidades de trabalho e geração de renda das famílias de agricultores assentados, desta maneira foram constituídos através deste projeto, núcleos ou grupos de produção agroecológica, através de Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC, reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Neste contexto, a COOPTRASC, através deste Termo de Fomento, pretende dar continuidade ao processo de certificação da produção orgânica, realizando o acompanhamento das famílias pertencentes a estes grupos produtivos, distribuídos regionalmente de acordo com o quadro abaixo (Quadro 1):

Quadro 1. Distribuição do Público Beneficiário nas regiões que serão atendidas por esta proposta.

Região	Nº famílias
Dionísio Cerqueira	14
Chapecó	7
Abelardo Luz	14
Passos Maia	10
Catanduvas	9
Fraiburgo	10
Caçador	8
Campos Novos	8
Ponte Alta	10
Rio Negrinho	10

Fonte: COOPTRASC, 2020.

5. OBJETIVOS GERAIS

Prestar assistência técnica às famílias inseridas na produção orgânica nos assentamentos da reforma agrária de Santa Catarina, por meio de visitas técnicas às unidades de produção agroecológicas, auxiliando no atendimento às questões legais que envolve o processo de certificação, acompanhamento da produção, do beneficiamento e da comercialização, oportunizando a troca de saberes e experiências, disseminando conhecimentos e promovendo a integração dos membros dos grupos participativos.

5.1. Objetivos Específicos

- I. Contratação de um profissional para dar acompanhamento técnico às famílias dos grupos agroecológicos;
- II. Fazer visitas técnicas para as famílias;
- III. Realizar oficinas com as famílias dos grupos melhorando os conhecimentos técnicos;
- IV. Contribuir com os grupos com informações sobre o processo de certificação;
- V. Promover atividades que visem à cooperação entre as famílias e as trocas de conhecimentos e de produtos entre os envolvidos neste projeto.

6. JUSTIFICATIVA

A representatividade do setor agropecuário catarinense se dá a partir de um modelo convencional, que se caracteriza pela produção em grande escala e padronizada, incorporação e uso intensivo de insumos e tecnologias, integração aos sistemas agroindustriais tradicionais de commodities, especialização em cadeias produtivas, acesso às fontes de subsídios financeiros, disponibilidade de recursos naturais, entre outros (GNOATTO, et al, 2004).

Este modelo promoveu a modernização de alguns setores da agricultura, basicamente por adotar uma racionalidade técnico-econômica. No entanto, ocorreu de forma seletiva, acarretando em um crescimento desigual da riqueza gerada, onde o pacote tecnológico acentuou a concentração da propriedade e a desigualdade no meio rural (MAIA, 2007 apud VERGES, 2013). Como consequências provocou mudanças nas relações de trabalho da família e intensificou o processo de exclusão de parcela significativa dos atores presentes no meio rural, causando o inchaço dos centros urbanos e a marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial. (MULLER, 2007 apud VERGES, 2013). No entanto, nos últimos anos, as demandas da sociedade moderna aumentam a necessidade de desenvolver sistemas de produção agrícolas não apenas mais produtivos e viáveis do ponto de vista econômico, mas, sobretudo, menos danosos ao meio ambiente.

O sistema agroecológico de produção de alimentos surge como um modelo alternativo em relação ao convencional, incorporando ideais de preservação ambiental e de consciência

social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também na sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção, na qualidade de vida e na geração de renda. Para o setor urbano além da preservação de recursos essenciais como água e energia os sistemas agroecológicos possibilitam a oferta de alimentos de alta qualidade. A crescente demanda de produtos orgânicos e/ou agroecológicos pela sociedade tem-se tornado um importante mercado para os produtores familiares, permitindo que os mesmos se insiram no mercado, ampliando as suas possibilidades de geração de renda e ocupação de mão de obra.

Para o desenvolvimento da agroecologia além da necessidade do resgate de saberes tradicionais e da construção de novos conhecimentos, é necessário que os agricultores tenham acesso a este conjunto de conhecimentos. No entanto, dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) apontam que de um total de 90.500 estabelecimentos que faziam uso da agricultura orgânica mais de 75% nunca receberam assistência técnica. Desenvolver ações que possibilitem difundir experiências, práticas e técnicas, tanto entre agricultores, como também, entre agricultor e assistência técnica, são de extrema importância no estabelecimento da agroecologia como sistema de produção.

Segundo Mazzoleni & Nogueira (2006), durante o processo de capacitação é necessário que os agricultores conheçam os princípios da agricultura orgânica, a integração da agricultura e da pecuária para a fertilização do solo, a importância da biodiversidade, as práticas ecológicas de conservação e todos os outros conhecimentos para cultivar com eficiência técnica e econômica.

Os assentamentos de Reforma Agrária de SC são formados por pequenas unidades de produção e na sua maioria predomina o trabalho familiar. Atualmente são mais de 5.423 famílias nos assentamentos de SC, distribuídos em 141 assentamentos. Essas unidades de produção familiar apresentam dificuldade de viabilização com a produção convencional de produtos tradicionais como milho, soja, feijão e trigo, normalmente associados a ganho de escala e uso intensivo de capital. A produção orgânica e/ou agroecológica por sua vez é uma atividade potencial para essas unidades de produção, pois além de serem produtos de alto valor

agregado, tem como base o uso de insumos disponíveis nas próprias unidades de produção e são intensivas no uso de mão de obra.

Nesse aspecto é importante a organização dos assentados e a capacitação dos mesmos nos processos de produção, certificação e gestão, a fim de explorar o potencial do mercado de produtos orgânicos e agroecológicos promovendo a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida dos Agricultores.

Esta proposta, tem por objetivo geral o dar acompanhamento técnico com ênfase em agroecologia para de grupos de produção, constituídos em 10 regiões do estado de Santa Catarina, localizados em Assentamentos de Reforma Agrária: Dionísio Cerqueira, Chapecó, Abelardo Luz, Passos Maia, Catanduvas, Fraiburgo, Caçador, Campos Novos, Ponte Alta do Norte e Rio Negrinho. Em cada grupo, buscar-se-á acompanhar, pelo menos, 10 famílias agricultoras inseridas ou em processo de inserção ao sistema de produção orgânico/agroecológico, caracterizando um Público Alvo de 100 agricultores e/ou agricultoras assentados(as).

Sendo assim, esta proposta visa o acompanhamento às famílias produtoras de alimentos agroecológicos, que será realizado por meio de visitas técnicas, que terão como objetivo auxiliar na organização dos grupos de produção e no atendimento às questões legais que envolvem a produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos, bem como, oportunizar a troca de saberes e experiências, disseminando conhecimentos e promovendo a integração entre os integrantes dos grupos participativos.

7. OPERACIONALIZAÇÃO

Para o desenvolvimento das ações, será realizada a seleção e contratação de profissional de nível superior, com formação em Ciências Agrárias e que possua experiência comprovada e conhecimento a respeito dos princípios da agroecologia e agricultura orgânica e conhecimento sobre processos de certificação participativa.

O processo de contratação consistirá na divulgação da vaga em sites especializados de anúncios de emprego, relacionados à área de Agrárias, como por exemplo, o site do CREA, que disponibiliza espaço para esse tipo de serviço, e outros que possam a vir contribuir no processo.

O anúncio ficará disponível por 15 dias, onde os interessados poderão enviar os currículos para serem analisados. Após a divulgação da vaga e o encerramento do prazo de envio de currículos, será feita a triagem dos profissionais, quanto suas respectivas experiências, perfil e disponibilidade para atuar na região de execução dos serviços. Após essa etapa, serão convocados pelo menos cinco candidatos para o processo de entrevistas, que serão realizados por membros da direção da entidade, que fará a opção pelo candidato que melhor desempenho apresentar durante todo o processo seletivo.

Pelo trabalho o profissional irá receber de acordo com o piso da categoria, conforme previsto na Lei nº 4.950 – A, de 22 de abril de 1966. O recebimento estará condicionado a execução das atividades previstas no Termo de Fomento.

As visitas terão duração de 2,5 horas, sendo duas horas realizadas nas Unidades de Produção Agroecológicas das famílias inseridas nessa proposta e meia hora de preparação. Elas se realizarão ao longo de 12 (doze) meses, sendo que cada família, receberá em média, uma visita técnica bimestral, durante o período de execução deste projeto, totalizando 600 visitas.

As visitas técnicas, terão 3 abordagens, sendo elas:

- I. Visitas técnicas para esclarecimentos sobre legislação dos orgânicos no Brasil;
- II. Visitas técnicas para suporte organizacional dos grupos (preenchimento de cadastros, caderno de campo, visitas de pares) e;
- III. Visitas técnicas para orientações produção agroecológica e busca de canais de comercialização.

Concomitantemente e conforme preconiza, o processo de certificação participativa, periodicamente, conforme definido no documento o processo de controle social a produção e comercialização de produtos orgânicos, de posse de cada grupo de certificação as chamadas “visitas de pares”, ou seja, visitas internas de todas as unidades de produção familiar, realizadas pelos membros do próprio grupo. Nestas visitas, o grupo todo estará reunido em uma propriedade de um dos componentes do grupo, momento em que o profissional que atuará no termo de fomento, realizará oficinas técnicas, aproveitando o momento e capacitando as famílias. Importante destacar que as visitas de pares fazem parte obrigatória da organicidade do

grupo, não se tendo um custo extra para realização das atividades, que serão realizadas através de visitas técnicas, neste caso coletivas.

O Profissional de Nível Superior contratado para a realização das atividades dessa proposta, deverá se planejar para realizar em média aproximadamente 03 (três) visitas técnicas diárias, nas Unidades de Produção Familiar, totalizando 50 visitas mensais, e carga horária de 100 horas/mês.

8. QUADRO DE CUSTOS

No quadro abaixo, apresentamos as despesas necessárias à realização do acompanhamento técnico, as famílias vinculadas a grupos de produção de orgânicos.

Quadro 2. Despesas necessárias para a execução das atividades, distribuídas por região em que serão realizadas.

Meta	Descrição	Item	Unid.	Qtde.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Visita Técnica 1: esclarecimentos sobre legislação dos orgânicos no Brasil	ATER ¹	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível ²	litros	553,4	6,55	3.625,00
2	Visita Técnica 2: suporte organizacional aos grupos participativos	ATER	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível	litros	553,4	6,55	3.625,00
3	Visita Técnica 3: orientações sobre produção agroecológica	ATER	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível	litros	553,4	6,55	3.625,00
4	Visita Técnica 4: orientações sobre produção agroecológica	ATER	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível	litros	553,4	6,55	3.625,00
5	Visita Técnica 5: orientações sobre produção agroecológica	ATER	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível	litros	553,4	6,55	3.625,00
6	Visita Técnica 6: auxílio na busca de novos canais de comercialização	ATER	horas	250,0	85,50	21.375,00
		Combustível	litros	553,4	6,55	3.625,00
#	Total Geral					150.000,00

Fonte: Elaborado por COOPTRASC, 2021.

¹ **ATER:** Assistência Técnica e Extensão Rural.

² **Combustível:** Gasolina Comum.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados são:

- Fortalecimento e organização de 10 Grupos Participativos de Produção Agroecológica, em assentamentos de reforma agrária em Santa Catarina, ligados a alguma das entidades de representação dos agricultores assentados;

- Assistência Técnica para 100 agricultores para a produção em bases agroecológicas, priorizando para que pelo menos 25% do público previsto nesta ação seja de mulheres e jovens;
- Organização e documentação dos núcleos para a execução da certificação em Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade | OPAC.

As ações propostas deverão ser orientadas de modo a promover o aprimoramento e a diversificação dos sistemas produtivos e agroecossistemas, com base em tecnologias e práticas agroecológicas.

Atualmente há um estoque de tecnologias e conhecimento gerado e testado abundantemente em centros de pesquisa e extensão rural, universidades e em agricultores ecologistas consolidados. Nesse sentido, estão previstas etapas de capacitação, que promovam a inovação agroecológica em torno a vários temas relacionados à produção agrícola e pecuária, para que essas tecnologias possam chegar ao alcance dos agricultores, que poderão também, nestes espaços, realizar a troca de saberes e experiências entre eles, procurando enfatizar aí o resgate da biodiversidade, manejo agroflorestal e conservação dos solos.

Além disso, as ações visam também o atendimento às questões legais que envolvem o processo de certificação e a organização dos agricultores em Núcleos de Produção Agroecológica, em Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade. A metodologia da certificação participativa é prevista em lei e constitui numa das modalidades de certificação mais eficazes e ajustada à realidade dos pequenos agricultores.

Também estão previstas ações que visam o acompanhamento dos produtores por meio de visitas técnicas de modo a atender as demandas que surgirem, não apenas sob o aspecto do processo de certificação, como também, qualquer outra necessidade que envolva a produção em si, inclusive incentivando a revalorização dos saberes locais sobre os recursos naturais e a integração com os saberes científicos.

10.FINALIZAÇÃO

A aquisição serviços serão contratados a partir do processo legal vigente.

Chapecó/SC, 05 de novembro de 2021.

Representante Jurídico da Entidade Proponente

Nome: Leandro Klemann

Cargo: Presidente

Assinatura: _____

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Censo Agropecuário**. 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- GNOATTO, A. A. et al. Pluriatividade, Agroindústria E Agricultura Familiar. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/09P445.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v.44, n.2, p.263-293, jun./2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 ago. 2021.
- TAGLIARI, P. S. **Tomate em plantio direto**: menos agrotóxico, mais renda e mais saúde. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 24-29, nov. 2003.
- VERGES, N. M. Agroecologia: Uma Alternativa de Desenvolvimento Rural Sustentável para os Assentamentos Rurais. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.14, n.45, p.237-253, mar./2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/21595>>. Acesso em: 17 ago. 2021.